

Sem execução antecipada, trabalho do MP pode ser inviabilizado

Promotores e procuradores de Justiça foram a público na segunda-feira (20/5) para demonstrar apoio "integral e irrestrito" à execução da pena antes do trânsito em julgado. De acordo com nota da Associação Nacional do Ministério Público (Conamp), respeitar o que diz o inciso LVII do artigo 5º da Constituição Federal dificultaria o combate à "macrocriminalidade", "inviabilizando o trabalho desenvolvido pelo Sistema de Justiça Criminal e em especial pelo Ministério Público brasileiro".

Reprodução



Projeto de Moro ganha apoio de promotores e procuradores de Justiça
Reprodução

A nota foi uma resposta ao [parecer](#) do Conselho Federal da OAB e do Instituto dos Advogados do Brasil apontando inconstitucionalidades nos projetos de reforma legislativa apresentados pelo ministro da Justiça, Sergio Moro. Uma das propostas do ministro é reformar o Código de Processo Penal para autorizar a prisão antes do trânsito em julgado da condenação.

Para a OAB e o IAB, se a permissão for aprovada, o risco de inocentes serem punidos aumentará. Mas, para os promotores de Justiça não há "qualquer razão para se presumir que os órgãos que até então tenham atuado na persecução penal hajam executado irregularmente suas funções – sobretudo no vigente ambiente democrático, de absoluta transparência e de plenas liberdades". Além disso, eles consideram que mudar o entendimento "restabeleceria a regra da impunidade no Brasil".

Autores: Redação ConJur